

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Julia Gabriele Abelar Santana

Título do trabalho:

A trajetória acadêmica de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração: relato de experiência.

Matrícula:

2020102202930278

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 10 /02 /2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

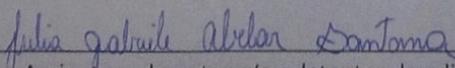
DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

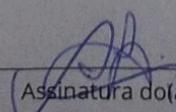
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rio Verde - Goiás
Local

06 /02 /2025
Data


Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)

Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – IF Goiano - Campus Rio Verde

ANEXO V - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 19 horas e 30 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta por: Prof. Adriano Aparecido da Silva (orientador), Profa. Silvia Ferreira Marques Salustiano (membro interno) e Profa. Vilma Maria da Silva (membro interno), para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA ESTUDANTE SURDA NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO" de JULIA GABRIELE ABELAR SANTANA, estudante do curso de Bacharelado em Administração do IF Goiano – Campus Rio Verde, sob Matrícula nº 2020102202930278. A palavra foi concedida ao(à) estudante para a apresentação na Língua Brasileira de Sinais (Libras) do TC, em seguida houve arguição da candidata pelos membros da Banca Examinadora. Após tal etapa, a Banca Examinadora decidiu pela APROVAÇÃO da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata, que, após apresentação da versão corrigida do TC, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Rio Verde, 11 de dezembro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Adriano Aparecido da Silva

Orientador(a)

(Assinado eletronicamente)

Silvia Ferreira Marques Salustiano

Membro da Banca Examinadora

(Assinado eletronicamente)

Vilma Maria da Silva

Membro da Banca Examinadora

Observação:

Para o caso de REAPRESENTAÇÃO, tem-se no trecho final da Ata a seguinte redação:

“Após tal etapa, a Banca Examinadora decidiu pela **REAPRESENTAÇÃO** do TCC. Desta forma, o estudante deve realizar correções e adequações no trabalho e apresentá-lo novamente em até **XX** dias, contados a partir de hoje (**XX/XX/XXX**).

Nesta nova oportunidade, após avaliação da banca examinadora, o estudante poderá ser APROVADO ou REPROVADO, não havendo possibilidade de outra reapresentação. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que foi assinada pelos membros da Banca Examinadora e Responsável de TCC.”

Para o caso de REPROVAÇÃO, tem-se no trecho final da Ata a seguinte redação:

“Após tal etapa, a Banca Examinadora decidiu pela **REPROVAÇÃO** do(a) estudante. Desta forma, o estudante deverá realizar o desenvolvimento e defesa de novo TCC no próximo semestre. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que foi assinada pelos membros da Banca Examinadora e Responsável de TCC.”

Documento assinado eletronicamente por:

- **Adriano Aparecido da Silva**, **TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS**, em 12/12/2024 09:32:12.
- **Silvia Ferreira Marques Salustiano**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 12/12/2024 09:49:04.
- **Vilma Maria da Silva**, **CHEFE - FG0002 - UAP-RV**, em 16/12/2024 10:50:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 660971
Código de Autenticação: 35ab79a9ea



A trajetória acadêmica de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração: relato de experiência.

The Academic trajectory of a deaf student in the Bachelor's degree in Administration: experience report.

SANTANA, Julia Gabriele Abelar¹; SILVA, Adriano Aparecido da²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde, julia.abelar@estudante.ifgoiano.edu.br; ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde, adriano.aparecido1@ifgoiano.edu.br

Resumo

Este trabalho é um relato de experiência de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. O objetivo foi apresentar os desafios e potencialidades ao longo de sua trajetória acadêmica. A metodologia é qualitativa, utilizando a autobiografia como método. Os resultados indicam que, apesar do avanço nas legislações que facilitam o acesso de pessoas surdas ao ensino superior, ainda há desconhecimentos em relação à permanência, pois muitos obstáculos precisam ser superados para garantir qualidade no desempenho acadêmico desses estudantes. O relato revela a necessidade de mais tradutores intérpretes de Libras-Português na Instituição e de formação continuada para docentes, para que outros estudantes surdos possam ter acesso ao conhecimento de forma equitativa, desenvolvendo seu potencial acadêmico e profissional.

Palavras-chave: Ensino Superior; Surda; Autobiografia.

1. Introdução

O propósito deste relato de experiência é descrever de forma reflexiva a trajetória acadêmica de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração, localizado na cidade de Rio Verde – Goiás. Este relato é autobiográfico e considera fases anteriores ao ingresso neste curso para que a narrativa seja contextualizada, destaca-se o período de 2020 a 2024. O objetivo é apresentar as vivências, desafios, fragilidades e possíveis intervenções no espaço acadêmico, para que outros estudantes surdos possam ter acesso ao conhecimento e desenvolver seu potencial acadêmico e profissional.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Administração do IFGoiano – Campus Rio Verde.

² Mestre em Educação para Ciências e Matemática (IFGoiás). Especialista em Libras (Faculdades Delta); Especialista em Atendimento Educacional Especializado (Faculdades Delta); Especialista em Formação Pedagógica na Educação Profissional (IFGoiano). Licenciado em Letras: Português-Inglês (UNIRV) e em Pedagogia (Centro Universitário Unifacvest).

Assim, inicialmente apresenta-se os documentos oficiais que asseguram uma educação de qualidade para estudantes surdos, visto que eles são fundamentais neste contexto. Dessa forma, tem-se a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual é um marco para a comunidade surda, pois oficializou a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de comunicação dos surdos. Em seguida, a sua regulamentação por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, promovendo importantes contribuições para a educação dos surdos, incluindo a obrigatoriedade do uso da língua de sinais em vários espaços públicos e a presença de Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (Tilsp).

Outro marco importante é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (PcD), nº 13.146, de 6 de julho de 2015, abordando as necessidades educacionais dos estudantes surdos e a ênfase está no capítulo IV que trata sobre “Do direito à Educação” (BRASIL, 2015). Em relação à educação de surdos, utiliza-se os autores Gesser (2009), Lima (2015), Strobel (2018) e Silva (2019) para ampliar as reflexões sobre a educação de surdos. Como suporte teórico sobre autobiografia, utilizam-se Lejeune (1975) e Lenartovicz (2023).

Portanto, a relevância acadêmica desta pesquisa se justifica pela importância de responder às seguintes perguntas: quais os desafios dos estudantes surdos no Ensino Superior? E, principalmente, qual a contribuição da trajetória acadêmica da estudante surda no processo de ensino-aprendizagem de outros estudantes surdos, a partir do relato autobiográfico?

Neste contexto, a partir do método autobiográfico, o objetivo geral é compreender a trajetória acadêmica de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação Goiano – Campus Rio Verde, de modo que essas narrativas possam proporcionar reflexões sobre a educação inclusiva no ensino superior.

Especificamente, busca-se conceituar a educação de surdos com base na legislação e na literatura nacional; definir o que é autobiografia; e apresentar e analisar a trajetória acadêmica de uma estudante surda no ensino superior.

Aceitar o desafio de escrever a autobiografia da trajetória acadêmica de uma estudante surda significa romper com o silêncio e ressignificar a percepção sobre a aprendizagem no ensino superior, imersa na vida pessoal e profissional de quem vivencia diariamente preconceitos linguísticos e sociais.

Deste modo, para estabelecer sentido aos anos trilhados no curso de Bacharelado em Administração, cito Silva (2019, p. 20), quando ele escreve que "O Surdo é o ator, é o sujeito da sua história, ele precisa se empoderar, dar opinião e participar das decisões pedagógicas para marcar a presença da Libras, para marcar o discurso Surdo, para marcar o status e a defesa de uma educação de Surdos de qualidade". Assim, com direito de fala, a estudante surda apresenta este Relato de Experiência como forma de dar visibilidade às pessoas surdas e tornar o desconhecido mais conhecido e disseminado por esta pesquisa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Fundamentação teórica e aspectos legais na educação de Surdos.

Historicamente, a educação de surdos é marcada por várias filosofias que adotam diferentes estratégias sobre a melhor forma de educá-los. Um dos métodos conhecidos é o oralismo, que focava na correção da surdez e no treinamento da oralização. Mas acabou sendo um retrocesso, pois proibiu o uso da língua de sinais e a presença de professores surdos (LENARTOVICZ, 2023).

Com o tempo, surgiu a comunicação total, uma tentativa de facilitar a interação entre surdos e ouvintes. No entanto, essa abordagem tinha a Língua Portuguesa como base, descaracterizando a língua de sinais. Silva (2019, p. 25) argumenta que "o resultado foi uma percepção equivocada, pois havia implicações da língua majoritária na estrutura gramatical das línguas utilizadas e para os Surdos foi uma tentativa complexa e exaustiva."

Diante da ineficácia dos métodos anteriores, o bilinguismo foi introduzido, respeitando a língua de sinais como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua (L2), no processo educacional dos alunos surdos. Essa abordagem tem mostrado avanços consideráveis na educação dos surdos (LIMA, 2015; SILVA, 2019 e LENARTOVICZ, 2023).

Sobre o bilinguismo, Lenartovicz (2023, p. 33) destaca que "a luta antipaternalista continua e, por meio da educação bilíngue, esperamos ver os surdos escreverem essas obras e determinarem seu futuro." No entanto, ainda existem desafios devido à falta de profissionais bilíngues e de espaços adequados para atender às necessidades dos estudantes surdos.

Logo, conhecer a história da educação de surdos é fundamental para refletir e questionar os diversos acontecimentos relacionados à educação em várias épocas e também refletir sobre o porquê das políticas de inclusão avançarem e os surdos ainda continuam sendo excluídos (SILVA, 2019).

No Brasil, a oficialização da Libras se deu por meio da Lei nº 10.436 de 2002 e sua regulamentação através do Decreto nº 5.626 de 2005, os quais propiciaram um avanço significativo, dando visibilidade e reconhecimento à Libras em todo o território nacional. A Lei nº 10.436 reconhece a Libras como um sistema linguístico de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, utilizado para a comunicação e expressão de ideias pela comunidade surda (BRASIL, 2010).

O Decreto nº 5.626 estabelece, entre outras coisas, a obrigatoriedade de oferecer cursos para a formação de professores no ensino e uso da Libras e da modalidade escrita da Língua Portuguesa para surdos, visando prover escolas que atendam às especificidades linguísticas dos alunos surdos (SILVA, 2019). Além disso, o Decreto traz diretrizes sobre a formação de Tlsp e esses profissionais são fundamentais na trajetória acadêmica dos estudantes surdos.

Outra Lei importante é a nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão e assegura vários direitos às pessoas com deficiência que favorecem o desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos. No seu artigo 27 afirma que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e promovendo o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades (BRASIL, 2015).

Nesta lei, no artigo 28, reforça a necessidade de um sistema educacional inclusivo, aprimoramento dos sistemas educacionais, oferta de educação bilíngue, adoção de práticas pedagógicas inclusivas, formação de professores e a presença do Tlsp para oferecer a acessibilidade linguística para o estudante surdo (BRASIL, 2015).

Em relação ao Tlsp, Quadros (2004, p. 11) descreve ele como um profissional que "traduz e interpreta o que foi dito e/ou escrito, interpretando a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral e escrita)." Este profissional é essencial em todos os ambientes institucionais, seja para garantir a acessibilidade comunicacional na sala de aula, ou mesmo em outros ambientes das instituições.

Contudo, Lacerda (2008) afirma que, apenas a presença do Tlsp em sala de aula, sem considerar as estratégias metodológicas adequadas pelos docentes, não garante que uma educação de qualidade seja alcançada. As reflexões são aplicáveis a qualquer modalidade de ensino, destacando a necessidade de conhecimento da língua de sinais e práticas pedagógicas visuais por parte dos professores. Sobre as práticas pedagógicas, Lima (2015) afirma que, quando o professor se interessa pelas experiências dos estudantes surdos, ele se abre para aprender com a experiência do outro, o que “implica encontros, conflitos, estranhamentos, (des) conhecimentos, (des) aprendizagens, dúvidas, (in) certezas, acontecimentos, irrupções ...” (LIMA; 2015, p. 33).

A ampliação do acesso das pessoas surdas ao ensino superior tem sido possibilitada por diversas políticas de educação inclusiva e ações afirmativas, como a videoprova em Libras oferecida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde 2018. No entanto, existem desafios, pois, após o ingresso do aluno surdo no ensino superior, a demanda por profissionais Tlsp aumenta. Com a extinção do cargo efetivo de Tlsp na rede de ensino federal pelo Decreto nº 10.185 de 2019, houve prejuízos para os estudantes surdos.

Com os avanços legais permitiram que as pessoas surdas tivessem acesso ao ensino superior, mas, diante da extinção do cargo efetivo de Tlsp, como as Instituições estão oferecendo acessibilidade linguística em Libras? Para responder essa questão, Lenartovicz (2023) ressalta a importância de narrar experiências, afirmando que

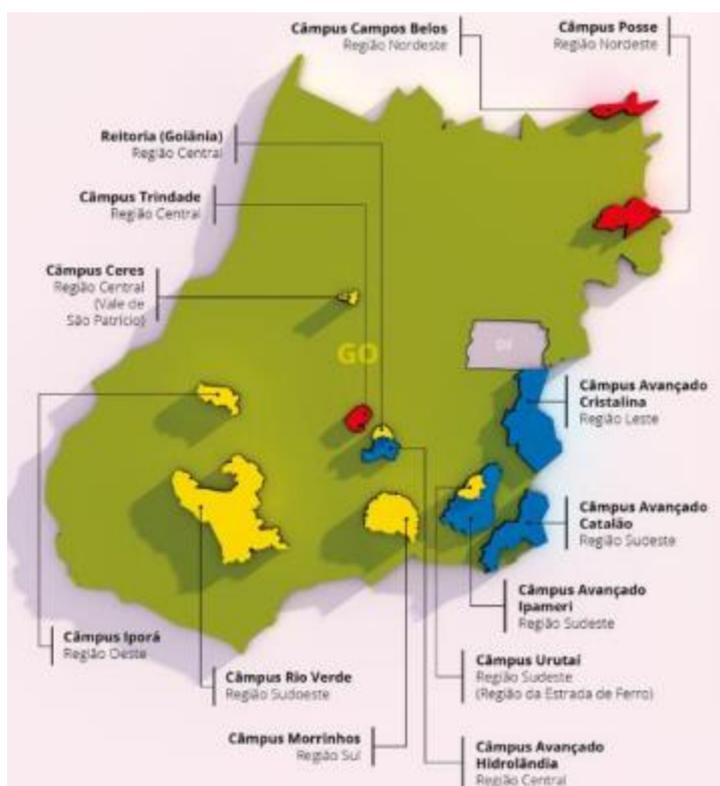
Ações como contar fatos, experiências e relatos se configuram como uma das principais atividades que o homem realiza quando utiliza a linguagem. É por meio destas ações que compartilhamos vivências, sejam elas agradáveis ou dolorosas, o que nos faz compreender a vida, a responder algumas dúvidas existenciais e entender como o homem se constitui enquanto sujeito" (LENARTOVICZ, 2023, p. 6).

Portanto, este estudo é uma autobiografia de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração. Segundo Lenartovicz (2023, p. 8), "a autobiografia tem o papel de aprofundar o conhecimento do sujeito participante da pesquisa acerca de sua própria história, buscando compreender este percurso e imergir no seu interior." Assim, no próximo capítulo, será contextualizado o estudo a partir da caracterização da Instituição e das ações para a permanência e êxito do estudante surdo.

2.2 BREVE CONTEXTO EDUCACIONAL NO IFGOIANO – CAMPUS RIO VERDE

O Instituto Federal de Ciências, Tecnologia e Educação Goiano (IFGoiano) surgiu a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e ele possui 12 campi no Estado de Goiás, conforme a figura abaixo.

Figura 1 – Mapa de localização dos campi do Instituto Federal Goiano



Fonte: IFGoiano [online] (2016)

Entre os campi do Instituto Federal Goiano, destaca-se o Campus Rio Verde, localizado na região sudoeste do estado de Goiás. Em 2024, esta unidade oferece um total de 9 cursos técnicos, 11 cursos de graduação, 8 programas de mestrado e 2 de doutorado. Dentre esses cursos está o Bacharelado em Administração, que foi implementado em 2019 (PORTAL IF GOIANO, 2024, *online*).

O curso de Bacharelado em Administração tem como missão formar profissionais treinados, proporcionando uma educação que alia teoria e prática e valoriza a diversidade dos alunos ingressantes e disponibiliza vagas anuais, com aulas no período noturno, e adota ações afirmativas no processo seletivo para promover o ingresso de alunos com deficiência (PORTAL IF GOIANO, 2020, *online*).

Após serem admitidos, esses estudantes recebem suporte do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), cuja missão é fomentar a inclusão no Campus.

O NAPNE atua para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos com necessidades específicas, promovendo ações que facilitam a inserção de grupos vulneráveis no IF Goiano (PORTAL IF GOIANO, 2024, *online*).

Os membros deste núcleo buscam implementar iniciativas voltadas para a inclusão de pessoas com diferentes necessidades e promovem a discussão sobre aspectos técnicos e pedagógicos, bem como a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e educacionais. Consideram-se também as particularidades de cada tipo de deficiência, como o intuito de estimular uma prática pedagógica inclusiva e de reflexão sobre o papel do professor e da instituição nesse contexto (PORTAL IF GOIANO, 2024, *online*).

Apesar dos avanços promovidos pela coordenação do NAPNE Campus Rio Verde, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A acessibilidade educacional e a inclusão plena de pessoas com necessidades específicas exigem investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação dos docentes e sensibilização da comunidade acadêmica. O trabalho dos membros do NAPNE e a presença do Tilsp são exemplos de iniciativas essenciais, mas o verdadeiro sucesso da inclusão passa pela construção de uma cultura institucional que valoriza a diversidade e se compromete em eliminar barreiras, sejam elas físicas, pedagógicas ou atitudinais.

O compromisso em oferecer condições adequadas aos estudantes com deficiência representa um passo importante, mas a efetivação de uma educação realmente acessível demanda ações articuladas e políticas institucionais que vejam a inclusão como um pilar central do processo educativo. Apenas com esse compromisso contínuo será possível garantir que todos os estudantes, incluindo acadêmicos surdos, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho, em igualdade de condições com pessoas sem deficiência.

No entanto, a ausência de recursos adequados e a falta de um número suficiente de Tilsp efetivos ainda representam barreiras significativas para os estudantes surdos, limitando a sua experiência acadêmica e dificultando a sua plena

integração. Para que a inclusão não seja apenas uma intenção, é fundamental que o IF Goiano – Campus Rio verde avance na criação de um ambiente verdadeiramente acessível e acolhedor para todos.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um relato de experiência, fundamentado no gênero autobiográfico, que permite atribuir sentido aos fenômenos observados e expressar, com liberdade, pensamentos e reflexões a partir da trajetória acadêmica de uma estudante surda do curso de Bacharelado em Administração. A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e foi conduzida por meio das seguintes etapas: coleta de dados pessoais em ordem cronológica, escrita narrativa em primeira pessoa, reflexão crítica e integração teórica (LEJEUNE, 1975).

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

A vivência da pessoa surda é marcada por diferentes tipos de lutas diárias. Viver em uma sociedade onde a maioria se comunica por meio da língua oral-auditiva e não conhece a Libras exige de nós, surdos, um esforço constante para superar a falta de inclusão e as barreiras de acessibilidade linguística. Neste relato, compartilho a minha experiência, como estudante surda que, diante de diversos obstáculos, esteve presente no IF Goiano - Campus Rio Verde entre 2020 a 2024 no curso de Bacharelado em Administração.

Contudo, neste relato considero algumas fases que antecederam minha entrada no IF Goiano para contextualizar minha história. Após, farei um recorte cronológico sobre minha vivência no curso de Bacharelado em Administração, entre 2020 a 2024, apresentando os desafios e as potencialidades que podem trazer reflexões e gerar novos conhecimentos de modo que outros estudantes surdos tenham igualdade de acesso à educação com equidade para desenvolver o seu potencial acadêmico e profissional.

As batalhas da minha vida começaram desde cedo, quando nasci prematuramente, com apenas seis meses de gestação e pesando apenas 900 gramas. Fui uma bebê pequena e frágil, necessitando de aparelhos para respirar e

de transfusões de sangue; quase perdi a vida. Passei dois meses na incubadora, enfrentando dias difíceis, tanto para mim quanto para minha família. Com muita perseverança, consegui ter alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas as intervenções médicas deixaram sequelas em minha vida. Aos sete meses, recebi o diagnóstico de surdez profunda bilateral. Naquela época, eu e minha família desconhecíamos a possibilidade de comunicação através da Libras e utilizávamos sinais caseiros³ para nos expressar.

Quando eu estava prestes a completar quatro anos, devido à preocupação constante dos meus pais com minha surdez, fomos ao médico, que sugeriu a realização do Implante Coclear (IC). Nos anos seguintes, tentei me adaptar ao IC na esperança de ouvir, mas não consegui me ajustar. Foi então que a Libras se tornou uma parte fundamental da minha vida.

Quando comecei a frequentar a escola, não havia nenhum profissional capacitado em Libras, e isso me fazia sentir excluída de todo o processo educacional. Essa exclusão se estendia a todos os espaços sociais, pois não encontrava pessoas capazes de se comunicar comigo. Somente no 6º ano do ensino fundamental pude interagir na minha língua, a Libras, graças à presença de um Tradutor Intérprete de Libras-português e de colegas surdos na mesma sala de aula. Essa mudança foi significativa e o mundo ao meu redor começou a ganhar cores. Nos anos anteriores, eu não tinha aprendido a ler e escrever, e agora, pela primeira vez, me sentia parte de algo maior.

Assim, continuei meus estudos e, em 2019, me inscrevi no curso técnico em Administração, marcando o início da minha história no IF Goiano – Campus Rio Verde. Para não alongar o texto, resumirei essa etapa, pois as experiências vividas foram semelhantes quando ingressei no curso de Bacharelado em Administração, que é o foco deste relato.

Com muita alegria, fiz minha matrícula no curso técnico e me preparei com ansiedade para o primeiro dia de aula. As aulas aconteciam de segunda à sexta-feira, mas a presença do Tilsp na sala de aula era limitada a apenas duas vezes por semana, nas quintas e sextas-feiras, já que havia somente um Tilsp para atender seis alunos surdos matriculados na instituição. Essa situação fez com que o intérprete se dividisse para oferecer acessibilidade a todos. Como resultado, eu enfrentava dificuldades para entender os professores devido à falta de acessibilidade linguísti-

³ Sinais caseiros correspondem aos gestos ou construções simbólicas inventados no ambiente familiar na tentativa de facilitar a comunicação entre crianças surdas e pais ouvintes. (STROBEL, 2018).

ca, e essa ausência de práticas pedagógicas adequadas prolongou meu tempo de conclusão do curso técnico em Administração. Apesar das dificuldades, encontrei identificação com a área e decidi me inscrever no processo seletivo para o curso de Bacharelado em Administração.

E assim, no ano de 2018, não fui aprovada no processo seletivo, em parte porque desconhecia a existência da opção de videoprova no ENEM. No ano seguinte, em 2019, me inscrevi novamente no ENEM e, para minha alegria, consegui aprovação. Com minha nota, ingressei no curso de Bacharelado em Administração no IF Goiano – Campus Rio Verde, tornando-me a primeira estudante surda a ingressar em um curso superior na instituição.

Iniciei as aulas em 2020 e, mais uma vez, enfrentei obstáculos. No início do semestre letivo, pois não havia Tils disponível, e a instituição contava apenas com um intérprete para atender cinco alunos surdos matriculados nos cursos técnicos. Na sala de aula, os professores falavam incessantemente, e eu não conseguia entender o que estava acontecendo nas aulas, o que gerou muita frustração. Mesmo com o uso de recursos tecnológicos para apresentar os conteúdos das disciplinas, eu saía das aulas angustiada, sem saber se havia compreendido o que me foi ensinado.

Percebi que alguns professores ficaram surpresos ao descobrir que eu sou surda, pois não imaginavam que uma pessoa surda pudesse cursar o ensino superior. Após entrar em contato com o coordenador do NAPNE, o setor responsável por mediar essa situação, minha esperança de obter acessibilidade foi renovada. No entanto, não houve tempo suficiente para resolver essas questões, pois o coronavírus SARS-COV-2 chegou e as aulas presenciais foram canceladas, dando lugar às aulas remotas.

Esse período foi difícil para todos e a adaptação às aulas online foi complicada, especialmente porque minha língua é visual. Com frequência, as aulas travavam, resultando na perda de informações importantes. Muitos vídeos disponíveis não tinham legendas e nem tradução em Libras, o que dificultava ainda mais meu aprendizado. Além disso, os grupos criados no WhatsApp não ajudaram, já que os professores enviavam áudios que eu, sendo surda, não conseguia acessar. Como resultado, frequentemente perdia prazos para entregar atividades, e o prejuízo acadêmico aumentava a cada dia, perpetuando a exclusão.

Com o retorno das aulas presenciais, novamente fiquei sem o profissional Tilsp. Somente, após esse período foram contratados dois novos intérpretes de Libras. A ausência deles impactou negativamente na minha aprendizagem, gerando muita angústia e resultando em reprovações em algumas disciplinas. No entanto, continuei lutando com o apoio da minha família e amigos, já que o contrato dos intérpretes durou apenas alguns meses. A batalha para garantir meu direito fundamental ao acesso aos conteúdos acadêmicos na minha língua, a Libras, continuou. Em um momento posterior, houve a presença de um Tilsp, mas em um formato itinerante, o que significava que, devido à presença de outros acadêmicos surdos com horários semelhantes, o intérprete ficava apenas alguns dias na minha sala de aula. Fato ocorrido quando cursei o Técnico em Administração. Esse arranjo se manteve até que a Instituição conseguisse contratar novos intérpretes, após várias reuniões com o coordenador do NAPNE.

A partir do momento que eu tinha Tilsp todos os dias na minha sala de aula, em eventos, palestras, eu pude interagir com os professores e demais colegas de sala. Eu ficava emocionada, pois me senti inserida em um ambiente, o qual passei por meses sendo excluída pela falta de acessibilidades, falta de práticas pedagógicas que me inserisse nas aulas, enfim era um processo que me doía muito.

Contudo, foram apenas alguns meses e novamente eu estava sem Tilsp e quando fui ao NAPNE conversar com o coordenador me disseram que o contrato havia sido encerrado.

Eu procurei os meus direitos no Ministério Público para resolver a questão e, posteriormente, recebi a comunicação que iriam contratar outro Tilsp. Para minha surpresa, este profissional não tinha proficiência na Libras. Eu recebia conteúdo com lacunas, às vezes bem resumidos e sem clareza na interpretação. No entanto, continuei estudando e buscando outras alternativas, como amigos que sabiam sinalizar para me ajudar nos estudos e trabalhos acadêmicos.

Levei a situação novamente ao coordenador do NAPNE, mas, infelizmente, não obtive sucesso, pois argumentavam que não havia outro profissional disponível. Enfrentar essas barreiras constantes me fez desanimar e, em alguns momentos, pensar em desistir, pois as dificuldades pareciam insuperáveis.

É exatamente por isso que considero importante compartilhar meu relato de experiência, pois ele evidencia a urgência de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas surdas no ambiente acadêmico. A falta de acessibilidade

impacta profundamente a vida das pessoas em condição de deficiência, causando prejuízos que muitas vezes são irreparáveis.

Ao longo do curso, percebi que muitos dos professores não conheciam ou não compreendiam completamente as dificuldades enfrentadas por um aluno surdo. A inclusão vai muito além da simples presença de um intérprete de Libras; a prática pedagógica dos professores também tem um papel crucial para que eu me sentisse incluída ou excluída do contexto educacional. Agora, ao concluir minha graduação, tenho a certeza de que preciso continuar lutando. Quero fazer com que minha experiência seja um exemplo para impulsionar mudanças e evitar que outros estudantes surdos passem pelas mesmas dificuldades que eu enfrentei.

Portanto, espero que essas narrativas permitam perceber que ainda há um longo caminho para a construção de espaços verdadeiramente inclusivos no ambiente educacional. Mudanças significativas precisam ser implementadas para que estudantes surdos possam concluir sua formação no ensino superior com sucesso e equidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O método autobiográfico é uma importante ferramenta que permite ao autor dar significado às suas vivências e comprometer-se em relatar verdades sobre suas experiências, conferindo-lhes sentido. Narrar a trajetória de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração possibilitou a exploração de experiências pessoais que enriquecem as discussões sobre a educação inclusiva no ensino superior. Conforme Lenartovicz (2023, p. 8), “a autobiografia tem o papel de aprofundar o conhecimento do sujeito participante da pesquisa acerca de sua própria história, buscando compreender este percurso e imergir no seu interior. ”

Além disso, as discussões sobre a cultura surda tornam-se essenciais para compreender o impacto da inclusão ou falta dela na trajetória acadêmica de surdos. Segundo Strobel (2008), a cultura surda deve ser vista e compreendida em sua singularidade, pois o sujeito surdo constrói sua identidade e entendimento do mundo de uma forma visual e experiencial. A autora surda Strobel salienta que “não se trata somente de reconhecer a diferença cultural do povo surdo, e sim, além disso, de perceber a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades,

suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e de se relacionar” (STROBEL, 2008, p. 14).

Nesse contexto, este relato expõe exatamente essa realidade, evidenciando como a ausência de intérpretes de Libras e de práticas pedagógicas visuais contribui para a marginalização da pessoa surda. Para Lacerda, o TilsP tem o papel na sala de aula de intermediar “as relações entre professor/aluno surdo, aluno ouvinte/aluno surdos nos processos de ensino/aprendizagem” e argumenta que “na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada” (LACERDA, 2008, p.17).

As discussões teóricas e práticas levantadas neste trabalho não têm a intenção de julgar as pessoas envolvidas no processo educacional, mas de mostrar que a realidade vivida muitas vezes se desvia do que é previsto na legislação. Assim, o relato de experiência confronta a realidade acadêmica, evidenciando que o acolhimento esperado nem sempre se realiza efetivamente.

Lima (2015, p. 144) traz algumas indagações que merecem reflexões ao se referir ao docente e ao estudante surdo. Ela faz o seguinte questionamento “Que leituras de mundo as docentes vêm construindo com os estudantes surdos e surdas? Que vozes deles ecoam nelas? “

De acordo com essa autora, a formação de professores para atuar com estudantes surdos ainda é um desafio que precisa ser enfrentado. Ela ressalta a falta de preparo dos docentes para lidar com as particularidades desses estudantes, o que compromete o desenvolvimento acadêmico e limita as oportunidades de aprendizado desses alunos.

Outro fator para ser analisado foi a insuficiência de TilsP na Instituição, o que resultou em prejuízos significativos na formação acadêmica e a falta de conhecimento dos docentes sobre a Libras e a educação de surdos reforçou a exclusão em diversos momentos. A esse respeito, Gesser (2009) afirma que a Libras não é apenas um meio de comunicação, mas também um elemento essencial da identidade e cultura surda, que deve ser valorizado e reconhecido para que a inclusão de fato aconteça.

Para a autora, a presença de intérpretes de Libras é necessária, mas ainda insuficiente se não houver um esforço por parte dos docentes e da instituição em conhecer e respeitar a língua e a cultura dos surdos (GESSER, 2009). Assim, espera-se que as reflexões apresentadas possam estimular mudanças positivas na

Instituição, promovendo a efetivação das Leis 10.436/2002, 13.146/2015 e do Decreto 5.626/2005, de modo que outros estudantes surdos possam desenvolver seu potencial acadêmico no ensino superior. Como afirma o autor surdo Lenartovicz (2023, p. 68):

Embora atualmente existam diversas políticas educacionais que versam sobre a inclusão desses alunos, ainda há muitos preconceitos impregnados, de forma consciente ou inconsciente, na mente humana. O problema reside na formação: se houvesse conhecimento sobre a cultura e a língua de uma pessoa surda, talvez a realidade fosse diferente.

Portanto, essa carência na formação docente e a falta de acessibilidade linguística refletem-se em vivências acadêmicas permeadas por obstáculos que precisam ser reconsiderados. Com as discussões levantadas, estima-se contribuir para que mudanças significativas ocorram no cenário educacional do IFGoiano – Campus Rio Verde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo apresentar a trajetória acadêmica de uma estudante surda no curso de Bacharelado em Administração no IFGoiano – Campus Rio Verde, com a expectativa de que as reflexões desta vivência possam evidenciar a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas condições de vida.

Após abordar sobre a legislação, o processo histórico da educação de surdos e o relato de experiência, a relevância deste estudo acadêmico se justificou pela busca de respostas às perguntas: quais são os desafios enfrentados pelos estudantes surdos no ensino superior? E como a trajetória de uma estudante surda pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de outros alunos surdos, especialmente através do relato de experiência.

O estudo revela que ouvir a experiência dos próprios estudantes é essencial para a construção de um espaço acadêmico mais inclusivo, que precisa ser urgentemente ressignificado. No caso dos estudantes surdos, a presença de Tilsop é

fundamental, mas sem metodologias adequadas por parte dos professores, os desafios persistirão ao longo da trajetória acadêmica.

Este relato também aponta a necessidade de novas pesquisas que indiquem caminhos para tornar o ensino superior mais inclusivo e que fundamentem mudanças baseadas em dados confiáveis. O contexto educacional é repleto de conflitos, sendo essencial revisar e ressignificar práticas e teorias para gerar novos conhecimentos que assegurem condições para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Embora haja progresso legislativo, é vital entender como essas leis estão sendo aplicadas na prática e quais os impactos são promovidos no ambiente educacional. As respostas aos questionamentos deste estudo indicam que as condições de equidade no espaço acadêmico ainda são insuficientes. Espera-se que, a partir deste relato, os professores reconheçam as dificuldades enfrentadas por estudantes surdos, ajustem suas práticas pedagógicas para proporcionar melhores condições de aprendizagem e compreendam que a presença de intérpretes de Libras é apenas um dos elementos necessários para essa inclusão. Que essas narrativas incentivem reflexões e possíveis intervenções para oferecer condições adequadas ao desenvolvimento do potencial acadêmico dos estudantes surdos.

Além disso, espera-se que essas reflexões estimulem a criação de políticas e práticas pedagógicas mais eficazes, garantindo que o espaço acadêmico evolua para ser verdadeiramente equitativo e acessível. A presença de intérpretes de Libras e o preparo docente devem caminhar juntos para proporcionar uma experiência educacional inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérpretes de Libras no contexto da educação infantil e no ensino fundamental: questões relevantes**. Educação & Sociedade, 2008.

LEJEUNE, Philipe. **O Pacto Autobiográfico**. São Paulo: Editora 34, 1975.

LIMA, Camila Machado de. **Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

LENARTOVICZ, Lucas Emanuel. **Um relato autobiográfico de um surdo sob o viés das políticas educacionais inclusivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2023. Disponível em: <https://tede.unicentro.br/jspui/handle/jspui/2114>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PORTAL INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Campus Rio Verde**. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

PORTAL INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração**. Rio Verde: IFGoiano, 2020. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-rio-verde/9722-bacharel-em-administracao.html> Acesso em: 20 set. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: [MEC], 2004.

SILVA, Adriano Aparecido da. **O ensino da língua portuguesa e da matemática para aluno surdo entrelaçado com o atendimento educacional especializado**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/598>. Acesso em: 01 set. 2024.

STROBEL, Karen. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.